

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EJA DO MUNICÍPIO DE IRARÁ- BAHIA: UMA ATUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

THE PEDAGOGICAL PROPOSAL OF YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) IN THE MUNICIPALITY OF IRARÁ, BAHIA: A NECESSARY UPDATE

José Mário Bispo Gonçalves Júnior¹

Cristina Ferreira da Silva²

Adriana de Jesus³

RESUMO: Este estudo teve por objetivo relatar o processo de atualização da proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Irará- BA, motivado pelos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Metodologicamente, o trabalho envolveu encontros participativos com gestores, coordenadores, educadores, educandos e secretários escolares, utilizamos uma abordagem qualitativa e princípios fundamentados na pedagogia de Paulo Freire, tais como o diálogo e crítica para analisarmos as discussões. Os eixos de análise emergentes incluíram a alfabetização digital, a valorização dos saberes dos educandos, o fortalecimento do diálogo pedagógico, a inclusão e flexibilidade curricular, a adequação tecnológica com formação continuada e a reafirmação da EJA como um direito fundamental. A atualização reforçou a concepção de uma educação inclusiva e democrática, alinhada com as legislações vigentes e voltada para a transformação social e emancipação dos sujeitos. Conclui-se que a proposta pedagógica revisada atende às exigências contemporâneas, promovendo uma prática educativa que respeita a diversidade e promove a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Atualização. Educação de Jovens e Adultos. Proposta Pedagógica.

ABSTRACT: This study aimed to report the process of updating the pedagogical proposal for Youth and Adult Education (EJA) in the municipality of Irará, BA, driven by the challenges imposed by the COVID-19 pandemic. Methodologically, the work involved participatory meetings with managers, coordinators, educators, students, and school secretaries. A qualitative approach was employed, guided by principles of Paulo Freire's pedagogy, such as dialogue and critical thinking, to analyze the discussions. The emerging analysis axes included digital literacy, valuing learners' knowledge, strengthening pedagogical dialogue, inclusion and curricular flexibility, technological adaptation with ongoing training, and reaffirming EJA as a fundamental right. The update reinforced the conception of inclusive and democratic education, aligned with current legislation and aimed at social transformation and the emancipation of individuals. It is concluded that the revised pedagogical proposal meets contemporary demands, fostering an educational practice that respects diversity and promotes inclusion.

KEYWORDS: Update. Youth and Adult Education. Pedagogical Proposal.

¹ Faculdade Sul Mineira. E-mail: junior.bispogoncalves@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0000-2845-1370>

² Universidade do Estado da Bahia. E-mail: crismpeja@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-3011-8255>

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: profadrianaj@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0005-1500-0067>

● [Informações completas no final do texto](#)

Introdução

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem sido tema de pesquisas dos mais variados programas de educação. Nesse sentido, a perspectiva é dar visibilidade a uma história de educação marcada por negações, com programas assistencialistas e projetos aligeirados, além de estratégias de ações isoladas em forma de campanhas para reduzir o alarmante índice de analfabetismo (SILVA, 2018).

Com a Constituição Federal de 1988, a educação dos sujeitos trabalhadores foi reconhecida como direito, um ganho para os movimentos sociais. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) marcou uma mudança significativa, ao reconhecer a EJA como uma modalidade da educação básica, afastando-a das condições de programas e projetos. Assim, a nova legislação passou a exigir que as instituições públicas de educação brasileiras não apenas oferecessem vagas para os jovens e adultos, mas também fornecessem um ensino que considerasse as suas especificidades, conforme o Art. 37, ao afirmar que a Educação de Jovens e Adultos é para quem não estudou no tempo certo, sendo fundamental para o aprendizado ao longo da vida.

Nessa perspectiva, respeitando a legislação vigente, o município de Irará-Bahia, preocupado com o cenário educacional da Educação de Jovens e Adultos, que foi profundamente impactado pela pandemia da COVID-19, evidenciou a necessidade de atualizar sua Proposta Pedagógica, inicialmente elaborada coletivamente entre o período de 2015 a 2016. Novos desafios foram enfrentados em decorrência da transição do ensino presencial para o ensino remoto, pois, com os protocolos de biossegurança preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as escolas tiveram que ser fechadas.

As mudanças repentinas ocasionadas pela pandemia da COVID-19 sinalizaram lacunas na infraestrutura tecnológica das escolas, forçando os educadores a repensarem sua práxis pedagógica dentro das possibilidades, com um cunho de conhecimento democrático, trazendo uma concepção freireana em que a ação-reflexão-ação teve espaço na atualização da proposta pedagógica da EJA para atender às demandas contemporâneas.

Este trabalho teve como objetivo relatar como se deu o processo de atualização da proposta pedagógica do município de Irará-Bahia (IRARÁ, 2017), em que o resumo foi apresentado no 1º Colóquio dos Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O artigo encontra-se estruturado com uma introdução, discussão teórica e de literatura, aspectos metodológicos, apresentação e discussão dos dados, resultados e considerações finais.

O tecer participativo de uma Proposta Pedagógica

Vivendo em um cenário marcado pela hierarquia das classes dominantes, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade da educação básica, tem em sua história marcas das desigualdades sociais e compreendida por alguns como segunda oportunidade educacional. Esta educação é para aqueles e aquelas que, por diversos motivos não concluíram a educação básica na idade que os documentos oficiais afirmam ser idade apropriado.

No município de Irará, a EJA é compreendida como um direito, desempenha um papel acolhedor que vai além da oportunidade e da importância do saber ler e escrever. Traz em seu currículo um resgate de valorização dos saberes e fazeres, como afirma Loch (2009, p.25),

Muitas vezes (os alunos da EJA) não alcançam o que desejam porque na EJA os conteúdos trabalhados são vazios de significados para eles, distantes das suas realidades e necessidades. A EJA deve constituir-se, assim como espaço acolhedor, instigando-lhes a criticidade e não visando apenas à formação técnica profissionalizante. [...] ser condizente e fornecer-lhe o acesso ao conhecimento e a cultura.

Conforme o autor, o trabalho deve ser condizente com a realidade dos sujeitos educandos, de modo que os conhecimentos científicos historicamente acumulados sejam mediados em sala de aula de forma a fazer sentido para eles, ampliando a sua leitura de mundo e proporcionando uma educação sólida e humanizadora. Nesse contexto, é importante considerar que as realidades dos educandos se transformam com o tempo, acompanhando os acontecimentos do mundo. A pandemia de COVID-19, por exemplo, evidenciou em curto prazo a necessidade de mudanças em todo o campo educacional. Para responder a essas transformações, torna-se essencial atualizar o currículo, que, segundo a concepção de Silva (2003, p.150):

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território (...). O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade.

Nesse sentido, com o fechamento das escolas, as mudanças ocorreram de forma repentina, impondo aos gestores escolares a buscar soluções para não fugir da concepção de currículo que a educação de Irará tem sobre a EJA.

O desafio estava posto aos gestores e educadores da EJA, que precisaram rapidamente migrar para plataformas de ensino remoto. Essa transição trouxe à tona grandes deficiências na infraestrutura tecnológica das escolas e na preparação dos educadores para o uso constante das ferramentas digitais. Do mesmo modo, a maioria dos educandos também não dispunha de dispositivos móveis e nem de acesso à internet para acompanhar as aulas pelos aplicativos e plataformas.

Nesse movimento, entre o contexto pós pandemia e o desafio tecnológico, brota a necessidade de atualizar a proposta pedagógica mantendo a flexibilidade dos conteúdos, na perspectiva da inclusão, porque a EJA sempre aparecerá vinculada a um projeto de sociedade, um projeto de inclusão de seus sujeitos (ARROYO, 2011), com cunho democrático para garantir as diversas realidades, incorporando novos eixos temáticos e temas geradores para melhor atender às necessidades dos educandos.

O processo de construção da proposta pautou-se na definição do município em continuar efetivando uma EJA de qualidade e de direito. No campo das ações e estratégias pensadas para contribuir com uma política pedagógica, tivemos que construir um cronograma em que demarcava os dias de encontros para a discussão dos novos eixos temáticos, assim como os temas geradores. Nos encontros, ficou visível a preocupação com o eixo tecnologia, porque foi o que nos pegou de surpresa no período da pandemia.

Foi preciso buscar apoio nas produções de Freire (2014) e Arroyo (2011), por defender uma educação dialógica, crítica, emancipadora e de direito. A atualização da proposta focou nos eixos temáticos que se aproximam cada vez mais dos educandos, porque os princípios e diretrizes se expressam nas singularidades e especificidades dos que fazem parte da modalidade, isto porque, o ideal é uma proposta que compreenda um projeto de vida, com um conjunto de objetivos de aprendizagens que dê lugar às experiências.

Por vezes pensamos se é possível valorizar a voz dos envolvidos em uma construção em que compreendemos que ampliar, fortalecer e garantir a permanência do educando na EJA, perpassa pela escolha que fazemos ao identificar o que e para quem estamos construindo uma proposta, que oferece condições de emancipação. Essa concepção, traduz uma gestão participativa, que promove uma prática educativa que vai além da mera transmissão de conteúdo. Arroyo (2011), enfatiza que as experiências determinantes na história de EJA foram aquelas vinculadas aos movimentos sociais, tão determinantes ao avanço da legitimidade dos direitos, sendo necessário uma pedagogia da escuta e da participação, onde os sujeitos da educação são reconhecidos em suas singularidades e contribuições.

Dando ênfase à participação dos sujeitos na atualização da proposta, recorremos a Freire (1985, 2003) quando diz que o diálogo é como uma ação ativa, dialogal e participante, uma ação para a liberdade em busca de uma consciência crítica. Ele argumenta que o diálogo verdadeiro é essencial para a prática educativa, pois promove a construção da curiosidade epistemológica e a postura crítica necessária para a compreensão e transformação da realidade. A ação ativa e dialogal, segundo Freire, implica uma relação horizontal entre educador e educando, onde ambos se tornam sujeitos do processo educativo. A consciência crítica refere-se à capacidade de compreender as condições sociais, econômicas e culturais que influenciam a realidade, promovendo o desejo e a ação para transformá-la. Já a curiosidade epistemológica é entendida como a base do aprendizado significativo, pois desperta no educando o interesse por explorar, questionar e construir conhecimento em uma postura reflexiva e investigativa. Esses conceitos fundamentam uma prática pedagógica que busca a emancipação dos sujeitos e a transformação social.

Nesse sentido, educador e educando estão no mesmo nível, não há subordinação, e a comunicação ocorre na horizontal, nutrida pelo amor, humildade, esperança, fé e confiança. Freire (2003), também identifica a palavra como a unidade nuclear do diálogo, contendo ação e reflexão, que juntas se transformam em práxis-ação com reflexão e, por conseguinte, com consciência.

Assim, este relato de experiência buscou compartilhar os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e os resultados obtidos na atualização da Proposta Pedagógica da EJA em Irará-Bahia. A abordagem metodológica incluiu uma série de encontros

participativos com educandos, educadores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e alguns secretários escolares, visando uma escuta sensível e inclusiva das necessidades e expectativas de todos os envolvidos.

Sendo assim, esperamos que nossas experiências possam contribuir com a Educação de Jovens e Adultos dos municípios brasileiros, os quais ainda não construíram uma proposta específica para essa modalidade de ensino, promovendo uma educação de qualidade, inclusiva, democrática e que esteja voltada para as especificidades dos educandos, enfatizando a necessidade de romper com a desvalorização dos seus sujeitos.

Caminhos Metodológicos: Escuta Sensível e Participativa

O processo de atualização e revisão da proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos em Igarapé-Bahia foi estruturado metodologicamente por meio de encontros sistemáticos. Esses encontros envolveram a coordenação interna, uma formadora, gestores escolares, educadores, educandos e secretários escolares dessa modalidade. Os encontros que contaram com a participação dos seguimentos supracitados foram feitos nos momentos de coordenação, os quais ocorreram quinzenalmente às sextas-feiras. A inclusão de diversas perspectivas e vozes foi essencial para garantir que a atualização do documento fosse abrangente e refletisse as necessidades de todos os envolvidos.

A proposta em questão abrange o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais e Finais, organizados de forma não seriada, mas estruturados a partir de eixos temáticos. Esses eixos compõem dois tempos formativos: o Tempo Formativo I correspondente ao Fundamental I, subdividido nos eixos temáticos I, II e III, e o Tempo Formativo II, relativo ao Fundamental II, abrangendo os Eixos Temáticos IV e V. Tal organização é voltada para a Educação de Jovens e Adultos, atendendo preferencialmente estudantes a partir de 18 anos. Contudo, devido ao processo de juvenilização e em conformidade com a autorização prevista na legislação educacional superior, o município passou a incluir, nesse formato, estudantes com idade mínima de 15 anos.

Desse modo, durante o processo de atualização da proposta, a coordenação da EJA apresentou uma contextualização histórica e normativa para fundamentar as mudanças propostas. Essa contextualização incluiu desde o golpe sofrido pela então presidente Dilma Rousseff, passando pelas perdas de direitos da classe trabalhadora, até os impactos da pandemia da COVID-19, que agravaram as desigualdades sociais e educacionais.

Foram analisadas também as novas normativas que surgiram após a elaboração da primeira versão da Proposta curricular, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) que na análise dos educadores não contempla as especificidades da EJA, e a Resolução nº 1 de 2021 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2021), que trouxe diretrizes operacionais que desconsideram importantes particularidades dessa modalidade. Essas questões também evidenciaram a urgência de revisar a proposta, mantendo sua essência freiriana e dialógica, mas adaptando-a aos novos desafios e às demandas contemporâneas.

Nessa perspectiva, esses estudos e pesquisas foram conduzidos sobre as referidas legislações e normativas que norteiam a Educação de Jovens e Adultos, assegurando que a proposta pedagógica estivesse alinhada com as diretrizes atuais e atendesse às exigências legais. Além disso, foram realizadas formações com a professora Mestre Marlene Souza Silva, membro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia, com o objetivo de capacitar os educadores e proporcionar um espaço para troca de experiências e conhecimentos. Apoiado em três pilares fundamentais defendido por Freire (1996) em seu projeto educacional: a participação, a descentralização e a autonomia, deram formas ao trabalho.

Nesse âmbito, menciona-se a riqueza que foram os encontros regulares entre o supervisor e os coordenadores para discutir o progresso da atualização e avaliar as questões que emergiram durante o processo dos encontros com o grupo, os quais sustentaram essa proposta de atualização. Surgiram desafios, que de forma democrática conseguimos vencer, pois “existem tantas tarefas a serem realizadas na área da educação e, na maioria das vezes, o tempo é “perdido” com questões burocráticas que não acrescentam quase nada ao processo de construção de uma escola melhor” (LIMA, 2007, p.64).

A coleta dos dados para a atualização da proposta da Educação de Jovens e Adultos foi organizada de forma sistemática e colaborativa, envolvendo todos os segmentos da modalidade. Foi construído um cronograma de encontros quinzenais com os professores, realizados às sextas-feiras à noite, na sala de vídeo da maior escola do município:

Quadro 1. Cronogramas de Encontros Sistemáticos de Atualização

Data	Dia da Semana	Descrição do Encontro
11/08/2023	Sexta-feira à noite	Encontro com os professores: discussão sobre as novas realidades da EJA e apresentação dos temas geradores e eixos temáticos.
22/08/2023	Terça-feira à noite	Encontro com Supervisão, Coordenação e Formadora: sistematização e planejamento do processo de atualização da proposta.
25/08/2023	Sexta-feira à noite	Encontro com os professores: aprofundamento nos temas geradores e eixos temáticos para repensar a prática pedagógica na EJA.
09/09/2023	Sábado (letivo)	Formação sobre a concepção freiriana: abordagem dos temas geradores e eixos temáticos a partir das obras de Paulo Freire.
12/09/2023	Terça-feira à noite	Encontro com Supervisão, Coordenação e Formadora: avaliação parcial do planejamento e ajustes no processo de atualização da proposta.
22/09/2023	Sexta-feira à noite	Encontro com os professores: aprofundamento na integração dos eixos temáticos com as realidades dos educandos da EJA.
26/09/2023	Terça-feira à noite	Encontro com Supervisão, Coordenação e Formadora: consolidação dos avanços e definição dos próximos passos no planejamento da proposta.
06/10/2023	Sexta-feira à noite	Encontro com os professores: práticas pedagógicas relacionadas aos temas geradores e avaliação das estratégias propostas para a EJA.
21/10/2023	Sábado (letivo)	Formação sobre a concepção freiriana: aprofundamento nos aspectos metodológicos para trabalhar temas geradores e eixos temáticos, baseados em "Pedagogia do Oprimido" de Freire.
24/10/2023	Terça-feira à noite	Encontro com Supervisão, Coordenação e Formadora: finalização do planejamento da atualização e preparação para o fechamento do processo.
10/11/2023	Sexta-feira à noite	Encontro com os professores: apresentação e debate sobre a proposta atualizada e reflexão sobre sua implementação nas práticas da EJA.

Fonte: Os autores.

Esses encontros, que compõem o calendário regular de planejamento e formação, serviram como espaço para problematizações, discussões e reflexões acerca das novas conjunturas que impactam a realidade educacional dos sujeitos da EJA em Irará- Bahia.

Nesse sentido, durante esses momentos formativos, os coordenadores, em conjunto com a formadora, fomentaram debates sobre as demandas emergentes, considerando as transformações sociais, políticas e econômicas que têm influenciado a vida dos educandos. Foi consensuado pelos professores que o currículo necessitava de alterações significativas, especialmente nos eixos temáticos e nos temas geradores, para que permanecesse alinhado à realidade dos educandos. O objetivo era garantir que o currículo continuasse funcionando como uma ponte entre os conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade e as vivências e necessidades cotidianas dos jovens, adultos e idosos trabalhadores.

Além dos encontros sistemáticos, foi reconhecida a necessidade de compreender, a partir do “chão da escola”, o perfil dos educandos que compõem a EJA no município. Para isso, foi construído um formulário pelos coordenadores e aplicado com o auxílio dos educadores, disponível tanto na versão digital (Google Forms) quanto impressa, para

ampliar o alcance e garantir a participação de todos os educandos. Este instrumento reuniu respostas de estudantes de todas as escolas que ofertam a EJA no município, permitindo uma análise mais ampla e precisa do perfil e das demandas atuais dos sujeitos educandos.

Nesse sentido, com o objetivo de construir um perfil detalhado dos educandos da EJA, foi elaborado um questionário que explora diversas dimensões de suas vidas no contexto pós-pandêmico. As perguntas buscam compreender quem são esses educandos atualmente, abordando aspectos como suas rotinas diárias, relacionamentos interpessoais, experiências com a escola, trabalho e uso de tecnologias. Por exemplo, a questão "Como a pandemia impactou sua rotina e suas prioridades no dia a dia?" permite identificar mudanças significativas em seus hábitos e formas de organização. Outras perguntas, como "Quais valores e crenças você considera mais importantes neste momento da sua vida?", ajudam a entender como suas visões de mundo foram transformadas nos últimos anos.

Ademais, o questionário investiga aspectos relacionados à saúde física e mental, bem como à situação financeira, permitindo capturar a complexidade de suas realidades. Assim, foi coletado por meio do referido questionário um total de cento e cinquenta e uma (151) respostas de quatorze (14) escolas da rede municipal que ofertam EJA.

Diante do contexto, priorizamos a escuta sensível dos colaboradores, uma abordagem que, segundo Barbier (1994, 1998, 2002), exige um estado de bastante atenção. Para o autor, a escuta sensível é uma ação espontânea, capaz de se adaptar perfeitamente ao acontecimento, funcionando como um modo de tomar consciência e de interferir na realidade, característica essencial de um pesquisador ou educador que adota essa abordagem transversal. Essa prática foi fundamental para captar os anseios, perspectivas e perfis dos sujeitos, refletindo as necessidades e especificidades da comunidade educacional atendida pela EJA. Complementarmente, Freire (2014) destaca que o diálogo é um dispositivo indispensável para promover o entrosamento e a valorização dos sujeitos, sendo um elemento essencial em uma prática educativa participativa.

A partir desse diálogo e escuta ativa, identificamos novos temas geradores e eixos temáticos a serem incorporados à proposta. Segundo Gadotti (1996), o diálogo deve respeitar os educandos como indivíduos, ser planejado e tolerante, e escutar as urgências e opções dos educandos. Esse respeito e reconhecimento das diversidades são fundamentais para promover a liberdade e parceria no processo educativo.

Cabe à secretaria da Educação preocupada com os rumos da educação em nosso município a tarefa de tornar viva essa proposta. Ela encontra-se organizada da seguinte maneira: um sumário, seguido pela apresentação, que oferece uma visão geral do documento; uma introdução que contextualiza o tema, destacando a importância da EJA; o Capítulo 1, "Concepção de EJA: o Direito à Educação Permanente," em que são discutidos a garantia do direito, a abrangência na EJA em Irará, Os sujeitos educandos e o perfil dos educadores; a seção "Compromissos do Município de Irará com a EJA" detalha as responsabilidades locais; os Fundamentos Didático-Pedagógicos da EJA e o Currículo e a sua Organização Pedagógica apresentam a base teórica e a estrutura curricular; e, por fim, as Considerações finais, Referências, Apêndices, e Anexos, que complementam e sustentam a proposta.

Discussão dos Dados: Contextualização da Proposta da EJA em Irará

A proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos em Irará-BA, denominada "Educação de Jovens e Adultos: Aprendizagem Permanente" (IRARÁ, 2017), é fundamentada nos princípios da Educação popular e na valorização dos sujeitos educandos como protagonistas de suas trajetórias formativas. Construída coletivamente no ano de 2015 e atualizada em 2023, essa proposta reflete o compromisso do município em garantir o direito à Educação Básica para jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de acessar ou concluir os estudos em idade regular.

A proposta foi organizada a partir dos Tempos Formativos, Eixos Temáticos, Temas Geradores e Áreas de Conhecimento. Ela busca superar modelos engessados e fragmentados, adotando uma abordagem flexível e contextualizada que respeita as especificidades dos educandos e de suas realidades sociais, culturais e econômicas. Importante pontuar que a estrutura curricular valoriza os saberes prévios dos educandos, articulando-os aos conhecimentos escolares para promover aprendizagens significativas, emancipadoras e críticas.

A análise dos dados coletados durante o processo de atualização revelou avanços significativos e desafios persistentes na implementação da EJA em Irará. A seguir, serão apresentados os resultados das discussões, evidenciando os impactos das alterações realizadas e a relevância da proposta para a garantia do direito à educação no município.

As respostas do formulário forneceram dados importantes que embasaram a atualização da proposta curricular. Algumas delas exemplificam as demandas e desafios vivenciados pelos educandos:

“Preciso de um horário que me permita conciliar o trabalho com os estudos. Às vezes, fico sem tempo para acompanhar direito.”

“A tecnologia é um desafio para mim, mas quero aprender a usar mais, porque sei que é importante para o trabalho e para a vida.”

“Estudo na EJA porque nunca tive a oportunidade antes, mas gostaria que as aulas falassem mais sobre o que a gente vive no dia a dia.”

“Voltei para a escola porque quero dar um futuro melhor para os meus filhos. A educação é o caminho.”

Percebe-se que as marcas das desigualdades sociais nos educandos da EJA necessitam ser superadas com políticas de acesso e permanência, que nesse contexto se configuram com uma boa proposta de formação (SILVA,2018). Nas respostas dos educandos ficou em destaque as questões-chave, como a necessidade de flexibilizar horários, incluir a alfabetização digital no currículo, adaptar os conteúdos às realidades vivenciadas pelos educandos e reforçar o papel da EJA como um espaço de transformação social e de melhoria de vida.

Ao longo das discussões, os professores apontaram que o currículo precisava de alterações, especialmente nos eixos temáticos e nos temas geradores, para que continuasse atendendo às necessidades e vivências dos educandos. Ressaltou-se que o currículo deveria ser uma ponte entre os conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade e as experiências cotidianas dos educandos. A partir desse processo dialógico e dialético, seria possível construir saberes significativos, capazes de promover a emancipação dos jovens, adultos e idosos trabalhadores.

Os resultados apontaram para uma diversidade geracional significativa. Dos 151 respondentes, 38,2% possuem mais de 50 anos, 30,9% têm entre 30 e 50 anos e outros 30,9% estão abaixo de 30 anos, evidenciando as diferentes faixas etárias atendidas pela EJA. Em relação às condições sociais, a maioria dos educandos trabalha de maneira informal (27,8%) ou como autônomos (22,2%), enquanto 24,1% possuem empregos formais. Ainda assim, 16,7% estão desempregados e 9,3% são aposentados, o que demonstra as vulnerabilidades socioeconômicas que caracterizam essa modalidade.

Os dados também destacaram as motivações e os obstáculos enfrentados pelos educandos. A dificuldade de conciliar trabalho e estudos foi apontada por 66% dos respondentes como o principal motivo para a interrupção de sua trajetória escolar. Por outro lado, os sonhos de concluir o ensino fundamental e médio, qualificar-se profissionalmente e buscar melhores oportunidades de emprego figuraram entre as principais razões para retornar à escola. Muitos educandos expressaram o desejo de que a escola funcione como um espaço de aprendizado significativo e respeito mútuo. Respostas como “Aquele que respeite a todos” e “Uma escola solidária que ensine a ler e escrever” reforçam a importância de criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

No contexto pós-pandêmico, os relatos trouxeram reflexões profundas sobre saúde, família e novas prioridades. Alguns educandos mencionaram a valorização da saúde e dos relacionamentos, enquanto outros ainda enfrentam desafios, como saúde mental afetada e dificuldades financeiras. Uma resposta exemplifica essas mudanças: “Passei a ver o mundo de outra forma. As coisas que eu tinha afinidade hoje são prioridades, como cuidar da saúde e da família.”

Por fim, a análise das respostas também revelou a percepção dos educandos sobre diversidade e respeito no ambiente escolar. Muitos afirmaram sentir-se respeitados em aspectos como idade, religião e cor, enquanto outros relataram experiências de discriminação. Uma das respostas mais contundentes foi: “Não muitas vezes por causa da minha cor!” Esse dado reforça a necessidade de abordar essas questões no currículo da EJA, promovendo práticas pedagógicas que combatam preconceitos e valorizem a diversidade.

A partir desses resultados, a atualização da proposta curricular foi elaborada com o objetivo de responder às demandas emergentes e fortalecer o papel da EJA como espaço de transformação social. A proposta revisada reafirma o compromisso com uma prática educativa que valorize os saberes prévios dos educandos, conecte-os aos conhecimentos sistematizados e promova a construção de saberes emancipadores e críticos.

Transformações e Descobertas: Resultados da Atualização

A atualização da proposta pedagógica da EJA em Irará destacou a importância da educação como um direito fundamental, evidenciando a necessidade de uma concepção inclusiva e contextualizada. Esse processo revelou que a revisão da proposta não era

apenas necessária, mas urgente para atender às novas demandas educacionais emergentes, especialmente em um contexto transformado pela pandemia da COVID-19.

Durante a revisão e atualização, surgiram temas emergentes que influenciaram significativamente a proposta pedagógica. A pandemia da COVID-19, por exemplo, levou à transição para o ensino remoto, evidenciando a necessidade de incluir noções de alfabetização digital e competências tecnológicas no currículo da EJA. Essa inclusão visa capacitar os educandos a navegar e utilizar as tecnologias digitais de forma eficaz, preparando-os melhor para as exigências do mundo contemporâneo.

Além das mudanças tecnológicas, enfatizamos a importância do diálogo na prática dos educadores da EJA, para uma proposta mais inclusiva. A prática dialógica, fundamentada nos princípios de Paulo Freire, promove uma educação que vai além da simples transmissão de conhecimento, incentivando a participação ativa e crítica dos educandos.

Um dos pontos centrais da atualização foi a reafirmação da Educação como um direito permanente, refletindo nas legislações e normativas incluídas na proposta. Identificamos que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) não atende às especificidades dos sujeitos da EJA. Assim, a atualização incorporou legislações relevantes como o Artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Resoluções do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010) e do Conselho Estadual de Educação (BRASIL, 2011), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), além da legislação municipal do conselho de educação.

A atualização da proposta ampliou a abrangência da EJA para incluir juventude, adultez e idade idosa, estabelecendo a idade mínima de 18 anos para ingresso, com exceção do Tempo Juvenil para adolescentes de 15 a 17 anos. Essa mudança reconhece a diversidade de perfis dos educandos e suas necessidades distintas, promovendo uma educação mais inclusiva e acessível para todos.

A atualização descreve os educadores como servidores temporários, com a distribuição de carga horária feita pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). A pandemia trouxe desafios adicionais para os educadores, que tiveram que adaptar suas práticas didáticas e pedagógicas ao ambiente virtual. Essa transição revelou a necessidade

de maior formação e apoio para os educadores, a fim de enfrentar as novas exigências da educação remota.

A pandemia também revelou limitações na democratização da tecnologia entre os educandos. Muitos enfrentaram dificuldades com o ensino remoto devido à falta de acesso a dispositivos digitais e internet de qualidade. Além disso, questões socioeconômicas, como a luta pela sobrevivência e a migração para centros urbanos em busca de melhores oportunidades, impactaram negativamente a frequência escolar.

Apesar dos retrocessos, o município de Irará conseguiu avanços significativos na EJA. A proposta pedagógica atualizada reflete um compromisso com a educação inclusiva, superando uma visão assistencialista e supletiva. A estruturação e organização do tempo e espaço pedagógico foram ajustadas para melhor atender às necessidades dos educandos, garantindo uma abordagem mais específica e relevante.

Em suma, a atualização da proposta pedagógica da EJA em Irará foi fundamental para responder às transformações sociais, culturais e tecnológicas dos últimos anos. A inclusão de novas temáticas, a adaptação às legislações atuais e o foco em práticas pedagógicas dialogais e inclusivas são passos significativos para promover uma educação de qualidade e emancipadora para todos os educandos.

Considerações Finais

Chegamos ao final deste relato destacando a efetivação do que foi refletido a partir da atualização da proposta pedagógica da EJA em Irará-Bahia. Percebemos que foi um processo enriquecedor que evidenciou a importância de uma educação associada à conscientização da realidade, conforme afirmado por Freire (1980). Este trabalho não só atendeu às necessidades que surgiram com a pandemia da COVID-19, mas também reforçou o compromisso que o município tem com a educação, reverberando uma prática educativa e dialógica.

Durante o processo de atualização, diversas descobertas foram feitas, trazendo à tona a complexidade e a diversidade das realidades enfrentadas pelos educandos. Identificamos que muitos alunos enfrentavam dificuldades tecnológicas, o que comprometeu sua participação efetiva no ensino remoto. Isso destacou a necessidade urgente de incluir noções de alfabetização digital e competências tecnológicas no currículo da EJA, preparando os educandos para um mundo cada vez mais digitalizado.

As mudanças implementadas também ressaltaram a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a conscientização crítica dos educandos. Freire (1980) enfatiza que a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimento, visando a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade. Nesse sentido, a atualização da proposta pedagógica incorporou temas geradores que refletem as experiências e necessidades dos educandos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e contextualizado.

Silva (2018) alerta para a importância de escrever para e com os sujeitos envolvidos no processo educativo. Essa perspectiva foi fundamental para a revisão da proposta, garantindo que as vozes dos educandos e educadores fossem ouvidas e valorizadas. A escuta sensível foi essencial para captar as nuances e especificidades das experiências dos envolvidos na construção de uma EJA permanente, permitindo inovações que ganhe visibilidade na atuação da proposta pedagógica.

Evidenciamos a importância desse trabalho para a prática educativa na região. A atualização e revisão da proposta pedagógica refletem transformações sociais, culturais e tecnológicas ocorridas desde a sua primeira versão, especialmente em decorrência da pandemia da COVID-19. A inclusão de novos conteúdos e a adaptação das práticas pedagógicas foram fundamentais para garantir a pertinência e a eficácia da proposta, permitindo que ela continue a nortear o trabalho educacional de forma contextualizada e considerando as mudanças do público atendido.

Ademais, a revisão proporcionou uma oportunidade valiosa para fortalecer a abordagem participativa e dialógica entre todos os envolvidos. Os encontros promoveram um espaço de escuta ativa e colaborativa, onde gestores, educadores, educandos e secretários escolares puderam expressar suas opiniões e contribuir para a construção coletiva da proposta. Esse processo, fundamentado nos princípios de Paulo Freire, reforçou a importância do diálogo e da participação ativa de todos os sujeitos no processo educativo.

O fortalecimento da abordagem participativa foi um dos principais impactos positivos dessa atualização, pois o fazer crítico define politicamente para que e quem desenvolvemos o processo educativo, a fim de estabelecer relações dialógicas com os saberes escolares na perspectiva da transformação das instituições escolares, promovendo encontros regulares e formações contínuas.

O diálogo com os sujeitos colaboradores promoveu uma relação de parceria com a secretaria de Educação, respeitando e reconhecendo as diversidades. Este trabalho não só atendeu às demandas emergentes, mas também reforçou o compromisso com uma prática educativa dialógica e participativa que serve como iniciativa para outros municípios construírem uma proposta com uma educação que liberta, conscientiza e capacita os sujeitos na Educação de Jovens e Adultos.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzales. **Ofício de mestre**: Imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE nº 239, de 27 de outubro de 2011**. Estabelece diretrizes para a educação básica na Bahia. Salvador, 2011.
- BARBIER, René. **A escuta sensível em educação**: Pesquisa-ação qualitativa. São Paulo: Loyola, 1994.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010**. Institui diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jun. 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 20.12.96**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário da União, n. 248,23 dez. 1996.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- IRARÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos de Irará (2015-2016)**. Irará: SEDUC, 2016.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**: fundamentos para uma liderança democrática. São Paulo: Cortez, 2007a.

LIMA, M. R. C. de. **Paulo Freire e a administração escolar**: busca de um sentido. Brasília: Liber Livro, 2007b.

LOCH, M. **Alfabetização e letramento**: práticas de sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Protocolo de biossegurança contra COVID-19**. [s. l.: s. n.], 2020.

SILVA, C. F. da. **A permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na escola**: um estudo sobre as práticas gestoras no município de Irará - BA. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA


José Mário Bispo Júnior. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira. Faculdade Sul Mineira, MG, Brasil.

E-mail: junior.bispogoncalves@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0000-2845-1370>

Cristina Ferreira da Silva. Mestre em Educação. Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus I, Salvador, BA, Brasil. Doutoranda em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/ UNEB).

E-mail: crismpeja@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-3011-8255>

Adriana de Jesus. Especialização em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI, Indaial, SC, Brasil. Mestrado em andamento em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos BRASIL-ÁFRICA. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil.

E-mail: profadrianaj@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0005-1500-0067>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 23/07/2024 - Aprovado em: 19/12/2024 – Publicado em: 26/12/2024.

COMO CITAR

GONÇALVES JÚNIOR, J. M. B.; SILVA, C. F.; JESUS, A. Proposta Pedagógica da EJA do Município de Irará-Bahia: Uma Atualização Necessária. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 5, número especial, p. 178-195. 2024.